

A COOPERAÇÃO FRATERNA NO CONTEXTO DA LOCALIZAÇÃO E DA DESCOLONIZAÇÃO

**Repensar a Ajuda Humanitária e a
Ajuda ao desenvolvimento em África**

Março de 2024



Agradecimentos

Esta pesquisa foi financiada pela CAFOD (Caritas Inglaterra & País de Gales) e redigida por consultores da IPAZIM. Rasna Warah forneceu suporte editorial, e o layout e design foram realizados por Daniel Nedan.

Gostaríamos de expressar nossa sincera gratidão a todos os 6 coordenadores zonais da Caritas África por sua valiosa assistência na facilitação das reflexões zonais. Além disso, estendemos nossos sinceros agradecimentos às organizações membros da Caritas África por suas contribuições inestimáveis. Também valorizamos a entrada e o feedback dos representantes da CAFOD e do Secretariado Geral da Caritas Internationalis.

ÍNDICE DE CONTEÚDOS

Resumo Executivo 5

1.Introdução 18

 1.1.Metodologia de investigação 20

2. Conceptualização e Definição da Localização 22

 2.1. A localização no contexto do trabalho da Caritas 24

3. Definição de Descolonização 27

4. Principais Resultados 31

 4.1. Fatores que facilitam a liderança local e a localização da ajuda e do desenvolvimento a longo prazo na Caritas África 31

 4.1.1. Advocacia e mobilização a nível local 31

 4.1.2. Relações sociais, redes e liderança local existentes 31

 4.1.3. Atores internacionais progressistas 31

 4.1.4. Políticas progressistas dos dadores 32

 4.1.5. Fundos comuns 32

 4.1.6. Acesso humanitário 33

 4.2. Fatores que dificultam a liderança local e a localização da ajuda em África 34

 4.2.1. Barreiras estruturais 34

 4.2.2. Dinâmica do poder 35

 4.2.3. Questões de capacidade 36

 4.2.4. Problemas de comunicação 38

 4.2.5. Percepções de risco 39

 4.2.5. Desafios contextuais 39

5. Recommendations 41

 5.1. Possíveis ações concretas de localização e de cooperação fraternal 41

 5.2. Possível papel da Caritas nacional 43

 5.3. Possível papel dos bispos 46



A atenção à subsidiariedade pode ajudar a orientar a distribuição adequada do poder e da tomada de decisões. As instituições ou autoridades de maior dimensão podem prestar apoio global, quando necessário, enquanto os indivíduos e as comunidades a nível local têm a liberdade de tomar decisões que afectam as suas vidas.

Papa Francisco, na Cimeira Mundial do Trabalho de 2023, organizada pela Organização Internacional do Trabalho das Nações Unidas

Resumo Executivo

Este relatório apresenta os resultados de um estudo qualitativo sobre a localização e descolonização da ajuda e o desenvolvimento entre as organizações membros da Caritas África. O estudo teve como objetivo explorar as experiências dos atores e líderes locais no contexto da ajuda e assistência ao desenvolvimento, e identificar os desafios, oportunidades e possíveis recomendações para promover práticas de desenvolvimento mais equitativas e sustentáveis. O relatório baseia-se numa revisão documental, consultas de grupo com os seis representantes zonais da Caritas África, e entrevistas com informadores chave com representantes de organizações internacionais e da sociedade civil dentro da família da Caritas.

A Caritas África, enquanto organização humanitária e de desenvolvimento enraizada nos valores católicos, sublinha a importância de capacitar as comunidades locais para enfrentarem os seus desafios. A localização da ajuda implica a transferência do poder, da tomada de decisões e da implementação para os atores locais, incluindo governos, ONG e comunidades locais, com o objetivo de aumentar a eficácia e a sustentabilidade. A descolonização da ajuda implica uma mudança na dinâmica do poder dos atores externos para as comunidades e organizações locais, promovendo simultaneamente parcerias equitativas, reexaminando os modelos de financiamento e reconhecendo e resolvendo as injustiças históricas.

O estudo concluiu que os conceitos de descolonização e localização da ajuda e desenvolvimento não são novos para a Caritas África. Estes conceitos estão em sintonia com o princípio de subsidiariedade enraizado nos ensinamentos sociais católicos. O Catecismo define a subsidiariedade como o princípio de que "uma comunidade de ordem superior não deve interferir na vida interna de uma comunidade de ordem inferior, privando-a das suas funções, mas deve antes apoiá-la em caso de necessidade e ajudar a coordenar a sua atividade com as atividades do resto da sociedade, tendo sempre em vista o bem comum". Isto também se alinha perfeitamente com o objetivo da Caritas África: um compromisso com soluções sustentáveis e orientadas para a comunidade.

1. Fatores que facilitam a localização da ajuda em África

O estudo concluiu que existem vários fatores que facilitam a localização da ajuda em África, incluindo:

Advocacia e mobilização locais: Tanto os atores comunitários como os nacionais são eficazes na promoção da agenda da localização através do trabalho em rede, da mobilização e da defesa das suas próprias prioridades, assegurando que as políticas necessárias estão em vigor. Os líderes e organizações locais e as organizações internacionais progressistas desempenham um papel crucial na promoção de iniciativas de desenvolvimento sustentável nas comunidades africanas. Ajudam também a promover parcerias e colaborações entre organizações de ajuda internacional e entidades locais.

Relações sociais, redes e liderança local existentes: Os acordos de financiamento a nível nacional que integram a liderança ou co-liderança de ONG nacionais podem ser um meio eficaz de permitir uma resposta humanitária rápida. As relações e redes sociais existentes desempenham um papel crucial para facilitar a liderança local, a localização e a descolonização da ajuda e do desenvolvimento em África. Os líderes e as comunidades locais estão mais bem equipados para compreender as necessidades e os contextos específicos das suas regiões e podem adaptar os esforços de ajuda para responder eficazmente a essas necessidades. Assim, os esforços de ajuda e desenvolvimento podem ser mais direcionados, eficientes e culturalmente adequados. A este respeito, é fundamental

dar mais poder de decisão e reforçar a capacidade da Caritas a nível regional, nacional e diocesano. Há uma necessidade particular de reforçar a capacidade da Caritas a nível nacional e diocesano, uma vez que estes são os níveis com lacunas de capacidade que podem dificultar a localização.

Papel dos atores internacionais: Algumas organizações humanitárias internacionais abandonaram a implementação direta e investiram na capacidade dos parceiros locais a longo prazo, uma medida que promove a liderança local, a governança local e a sustentabilidade. Os atores internacionais podem desempenhar um papel progressivo no sentido de permitir a localização da ajuda humanitária e da liderança, apoiando e capacitando as organizações não governamentais locais para desenvolverem as suas capacidades institucionais, desde recursos humanos, finanças, equipamento e TIC. No entanto, estes atores internacionais devem fazer mais para reduzir os desequilíbrios de poder entre os doadores e os beneficiários do financiamento.

Políticas dos doadores: As políticas dos doadores têm de promover parcerias equitativas que tenham em consideração fatores éticos e geopolíticos, dando prioridade à participação das comunidades locais nos processos de tomada de decisão e garantindo que as suas necessidades e perspectivas são tidas em conta. Isto pode significar investir no reforço das capacidades das organizações e instituições locais e permitir-lhes assumir mais papéis de liderança na prestação da ajuda e na tomada de

decisões. Estas iniciativas e políticas podem também ajudar a resolver a relação desigual que existe frequentemente entre os doadores e as ONG e comunidades locais

Fundos comuns: O agrupamento de fundos a nível nacional é uma forma eficaz de enviar dinheiro aos atores locais. Permite que as organizações locais tenham mais controlo e poder de decisão sobre a utilização dos fundos. Os fundos comuns permitem a localização e a descolonização da ajuda e do desenvolvimento.

Acesso humanitário: Os desafios do acesso humanitário em África conduziram a uma mudança no sentido da capacitação da liderança local, da promoção da localização e da descolonização dos esforços de ajuda. Estes desafios obrigaram as organizações humanitárias internacionais a trabalhar mais estreitamente com as comunidades e organizações locais, permitindo o desenvolvimento da liderança local na resolução das crises. Os intervenientes locais estão em melhor posição para aceder e prestar ajuda às comunidades afectadas. Podem adaptar a ajuda às necessidades e contextos específicos das populações afectadas, o que conduz a uma resposta mais eficaz e sustentável.





2. Fatores que impedem a localização da ajuda em África



O estudo concluiu que existem sete grandes desafios que impedem a localização da ajuda e do desenvolvimento em África:

Barreiras estruturais: O sistema de ajuda humanitária continua a favorecer o status quo que é essencialmente paternalista, racista e neocolonialista. O sistema perpetua a abordagem dominante do topo para a base da prestação da ajuda e do desenvolvimento, em que os países doadores e as organizações internacionais estabelecem a agenda e determinam as prioridades. Esta abordagem não deixa qualquer espaço para os parceiros locais tomarem as suas próprias decisões independentes. Pode levar a um desrespeito pelos sistemas e práticas de conhecimento locais, impedindo assim a integração de soluções autóctones nas iniciativas de desenvolvimento. Muitas estruturas do sistema humanitário internacional também têm características que excluem os atores locais.

Dinâmica de poder: Alguns atores internacionais consideram a localização como uma ameaça ao poder e aos privilégios de que gozam no status quo. Acreditam que a localização pode levar à perda dos seus empregos ou do seu acesso ao financiamento. Os interesses enraizados dos atores internacionais dificultam a concretização da agenda de descolonização e localização da ajuda humanitária e do trabalho de desenvolvimento em África.

Financiamento limitado: Os intervenientes locais continuam a sentir falta de acesso ao financiamento e aos mecanismos internacionais de coordenação e parceria. A quantidade e a qualidade limitadas do financiamento destinado aos intervenientes locais é simultaneamente um resultado e um obstáculo à localização, porque os intervenientes locais não conseguem atrair e manter pessoal de qualidade, que migra para organizações internacionais mais bem financiadas. O setor da ajuda é frequentemente caracterizado por um efeito de "fuga de cérebros", em que os líderes e peritos locais são atraídos para trabalhar para organizações internacionais ou países doadores, o que conduz a uma perda de talentos e conhecimentos locais. Sem apoio

financeiro sustentado, as organizações locais têm dificuldade em atrair profissionais qualificados. Este facto dificulta a capacidade destas organizações para prestar ajuda e desenvolvimento de forma eficaz. Além disso, as expectativas e os requisitos que são fornecidos em torno dos fluxos de ajuda baseiam-se numa perspetiva ocidental, nas expectativas de certas estruturas governamentais e nos sistemas de gestão financeira prevalecentes, o que, por vezes, torna difícil ou desafiador para as pequenas organizações cumprirem os requisitos.

Questões de capacidade: O termo "capacidade" é frequentemente definido por atores internacionais do Norte global, refletindo assim os padrões do Norte global,

com ênfase nas capacidades de gestão administrativa e financeira e na apresentação de relatórios "para cima". Este facto prejudica as características da capacidade associadas aos intervenientes locais, tais como os conhecimentos locais, a língua, a cultura e a capacidade de aceder a ambientes complexos. Além disso, o reforço das capacidades dos intervenientes locais é ineficaz, uma vez que os elementos de reforço das capacidades são frequentemente concebidos e executados por intervenientes internacionais que não estão a par das necessidades e dos contextos dos intervenientes locais e que, em muitos casos, nem sequer têm capacidade para os executar. O impacto do financiamento limitado do reforço das capacidades nos esforços de localização é profundo. As organizações locais não conseguem desenvolver as competências e os recursos necessários para adaptar os programas e as intervenções aos contextos culturais, sociais e económicos específicos das suas comunidades. Consequentemente, a eficácia e a sustentabilidade das iniciativas localizadas ficam comprometidas, dificultando o progresso global dos esforços de localização em África.

Problemas de comunicação: Muitas vezes, não existe uma comunicação clara entre os membros e os parceiros internacionais. Sem uma comunicação eficaz, os líderes locais podem não ter conhecimento dos recursos e do apoio de que dispõem e podem não ter acesso à formação e às oportunidades de reforço de capacidades de que necessitam para liderar eficazmente as suas comunidades. Em segundo lugar, a falta de comunicação pode levar a uma falta de apropriação e de adesão



por parte dos líderes e das comunidades locais, o que pode comprometer a eficácia dos esforços de ajuda. Por último, sem uma estratégia de comunicação forte, pode ser difícil garantir que os esforços de localização e descolonização sejam bem coordenados e alinhados com as necessidades e prioridades da comunidade local.

Percepções de risco: A percepção de que os intervenientes locais têm uma capacidade limitada para gerir corretamente os fundos e respeitar os princípios humanitários levou à convicção generalizada de que a concessão de financiamentos diretos e avultados aos intervenientes locais é inerentemente de alto risco. Por conseguinte, existe uma tendência entre os doadores para controlar mais intensamente os intervenientes locais. O mesmo nível de controlo não é dirigido às organizações internacionais.

Desafios contextuais: Embora os governos nacionais desempenhem um papel importante na localização da ajuda humanitária, os

Camarões: Muitas mulheres e crianças deslocadas pela milícia terrorista Boko Haram estão a viver no norte do país, perto de Zamo. Estão a receber apoio da organização parceira da Cáritas, ALDEPA.



governos nacionais repressivos, corruptos ou fracos podem constituir um obstáculo aos processos de localização. Os governos corruptos podem politizar a ajuda, enquanto os repressivos podem simplesmente aplicar políticas restritivas que dificultam o funcionamento dos atores humanitários. Os governos fracos podem não ter a capacidade técnica necessária para promover o trabalho humanitário. A má governança e a instabilidade em alguns países africanos dificultam os esforços de localização da ajuda e do desenvolvimento. Isto leva a uma falta de responsabilização e de confiança nas instituições locais, tornando difícil para as organizações de ajuda trabalhar diretamente com as comunidades locais e os governos para responder às suas necessidades específicas.



3. Medidas práticas para garantir a localização

Para garantir a localização, podem ser adoptadas as seguintes medidas práticas:

a.A nível nacional e diocesano

Partilha de poder e tomada de decisões:

A Caritas nacional deve dar prioridade à partilha de poder e à tomada de decisões com as comunidades locais. Isto significa envolvê-las no planeamento, implementação e avaliação dos projetos de ajuda e desenvolvimento. As comunidades locais devem ter uma palavra a dizer na determinação das suas próprias necessidades e das estratégias para as satisfazer. Isto está em conformidade com a doutrina da subsidiariedade da Igreja, que, de acordo com as tradições católicas expostas pelo Papa Pio XI, se refere a uma "situação que assegura que o poder, as decisões e a responsabilidade são levados até ao nível mais baixo em que podem ser corretamente exercidos".

Reforço das capacidades locais: Devem ser envidados esforços para investir no reforço das capacidades das organizações e indivíduos locais. Isto inclui o fornecimento de formação, recursos e apoio técnico para capacitar os atores locais a tomarem conta das suas próprias iniciativas de desenvolvimento.

Parcerias, colaboração e coordenação: A Caritas África deve encorajar ativamente parcerias e colaborações entre a Caritas nacional e diocesana, organizações locais, líderes comunitários e iniciativas de base. Isto promove uma abordagem mais inclusiva e participativa, onde o conhecimento local, a

experiência e as redes são valorizados e integrados no processo de tomada de decisões.

b.Organizações regionais e nacionais da Caritas

Afetação de recursos a nível regional e nacional:

As Caritas regionais e nacionais devem dar prioridade à afetação de recursos que apoiem as iniciativas locais. Isto significa direcionar o financiamento, os materiais e a assistência técnica para as prioridades e projetos identificados localmente, bem como ligar os parceiros locais aos doadores e reforçar a sua capacidade de mobilização de recursos.

Advocacia e influência política: A Caritas África deve empenhar-se em esforços de advocacia para promover políticas e práticas que apoiem a descolonização e a localização da ajuda. Isto inclui a defesa de mudanças nos mecanismos de financiamento, políticas e práticas que capacitem as comunidades locais e dêem prioridade à sua ação nos processos de tomada de decisão.

c.Parceiros de financiamento

Sensibilidade cultural e compreensão do contexto:

Os parceiros financiadores devem dar prioridade à adaptação das intervenções aos contextos sociais, económicos e ambientais específicos das comunidades que estão a ser servidas.

4. Possível papel dos bispos

Para descolonizar e localizar totalmente a ajuda e o desenvolvimento a longo prazo na região africana, os bispos católicos têm um papel fundamental a desempenhar, tomando as seguintes medidas estratégicas:

Definir o tom ou assumir a liderança: Os bispos podem estabelecer políticas que orientem as organizações parceiras na defesa de abordagens locais, criando assim um ambiente propício à cooperação entre parceiros e partes interessadas. Têm o poder de convidar o parceiro a deslocar-se ao país e de definir as prioridades de desenvolvimento local.

Promover parcerias com as comunidades locais: Os bispos podem resolver os desequilíbrios de poder entre os atores internacionais e os responsáveis locais, promovendo parcerias equitativas e desafiando as narrativas dominantes que minam o conhecimento e a liderança locais, tal como previsto no princípio da subsidiariedade.

Apoiar o reforço das capacidades locais: Os bispos podem defender a atribuição de recursos para reforçar a capacidade das entidades locais e dos indivíduos, especialmente durante as suas interações com os doadores e as agências governamentais.

Defender mudanças nas políticas: Enquanto líderes espirituais influentes profundamente enraizados nas comunidades locais, os bispos católicos possuem a autoridade moral para amplificar as vozes dos marginalizados e vulneráveis. Podem utilizar as suas plataformas para interagir com os decisores políticos, instando-os a dar prioridade a iniciativas locais e a garantir que os esforços de ajuda e desenvolvimento são sensíveis aos contextos culturais e socioeconómicos únicos das regiões que servem.

Colaboração com outras partes interessadas: Os bispos podem promover ações de colaboração entre organizações caritativas nacionais e internacionais, de acordo com os princípios delineados no artigo 12º do Motu Proprio, que sublinha que os bispos diocesanos devem promover ativamente a colaboração entre as instituições ao seu cuidado.

Incentivar o desenvolvimento sustentável: Os bispos desempenham um papel multifacetado na orientação dos esforços de caridade da Igreja para resultados impactantes e sustentáveis. Isto pode significar monitorizar as aspirações da cooperação fraterna para garantir que se alinham com a visão da igreja, como defendido nos ensinamentos de Bento XVI em 2012, que encoraja os líderes da igreja a garantir a execução fiel da missão da igreja, incluindo a promoção e supervisão das actividades de caridade implementadas pela Caritas.

1. Introdução

No passado recente, as organizações da Caritas envolveram-se em reflexões sobre liderança local, cooperação fraterna e descolonização da ajuda. Isto resulta de apelos para transferir o poder e os recursos do Norte global para o Sul global, e para reconhecer a agência dos parceiros e atores locais.

A região da Caritas África reúne 46 organizações nacionais da Caritas em 46 países africanos, incluindo ilhas adjacentes nos oceanos Índico e Atlântico. Todas estas organizações, incluindo o Secretariado Executivo Regional, dependem do apoio e financiamento dos parceiros para realizar a sua missão de servir as comunidades necessitadas e promover a justiça social.

No entanto, a prestação de serviços tem lugar no contexto de uma visão ocidental do desenvolvimento, exemplificada por dinâmicas de poder Norte-Sul desiguais, recursos que permanecem nas mãos de poucos, financiamento limitado para os atores locais e conhecimentos de África considerados inferiores aos conhecimentos do Ocidente. Nalguns casos, as organizações locais são consideradas como tendo falta de capacidade. Além disso, o envolvimento da maioria das organizações locais com os atores internacionais é moldado por uma relação desigual entre doadores e beneficiários.

É de salientar que foram feitos alguns progressos para alterar esta dinâmica, incluindo a atribuição de alguns orçamentos de programas de parceiros à partilha de capacidades, a facilitação de ligações directas ao doador de fundos, a garantia de acesso a financiamento plurianual, o aumento da representação do Sul global em fóruns internacionais e o financiamento de custos de base.

A Caritas África, durante a sua Assembleia Geral em Roma em maio de 2023, aprovou um quadro estratégico de 7 anos que decorrerá de 2024-2030. Para construir comunidades resilientes em África, a Caritas África pretende implementar todas as atividades através da lente da localização e cooperação fraterna. Adicionalmente, como parte da sua agenda de advocacia, a Caritas África apela à *“advocacia para um ambiente propício e apoio à liderança local, voz e influência nos setores humanitários e de desenvolvimento.”*

Este relatório apresenta os resultados de um estudo de investigação qualitativa sobre as realidades da cooperação fraterna, liderança local e descolonização da ajuda. O estudo visava explorar as experiências dos actores e líderes locais no contexto da prestação de ajuda e identificar os desafios, as



oportunidades e as possíveis recomendações para promover práticas de desenvolvimento mais equitativas e sustentáveis.

1.1. Metodologia de investigação

Este estudo foi realizado utilizando uma metodologia de investigação qualitativa. A investigação foi orientada por uma abordagem participativa que procurou envolver as partes interessadas locais na conceção, implementação e divulgação do estudo. A abordagem implicou uma revisão aprofundada da literatura e análise de documentos sobre a localização e descolonização da ajuda humanitária e trabalho de desenvolvimento a longo prazo em África. Isto foi seguido por consultas organizadas ao longo das zonas da Caritas em África tendo em conta considerações linguísticas.

As seguintes seis (6) zonas da Caritas foram consultadas:

- i) Associação das Conferências Episcopais da África Central (ACEAC),
- ii) Associação das Conferências Episcopais da Região da África Central (ACERAC)
- iii) A Associação das Conferências Episcopais Membros da África Oriental (AMECEA),
- iv) Conferências Episcopais do Oceano Índico e Madagáscar (CEDOI - M),
- v) Conferência Episcopal Regional da África Ocidental Regional/Conferência Episcopal da África Ocidental (RECOA CERAWO) e
- vi) A Reunião Inter-Regional dos Bispos da África Austral (IMBISA).

As consultas zonais foram realizadas num formato de Discussão de Grupo Focal (FGD) através do Zoom. Além disso, foram selecionados participantes destas zonas, perfazendo um total de seis FGDs com um total de 39 participantes, conforme indicado na tabela abaixo.

Zona	Número de Participantes
ACEAC	4
ACERAC	4
AMECEA	11
CEDOI-M	6
RECOWA CERAWO	8
IMBISA	6
Total	39

Q r gthnf c co quxc f qu r ctvlek cpvgu eqpukvc pq ugi wlvq<Qti cpk câi gu o go dtqu f c Ectkcu ° hlec f g ecf c | qpc. eqpugñ q mecnf g k tglcu. qti cpk câi gu mecku f c uqelgf cf g ekkswg vtdcrñ co pcu | qpcu ugrmekpfc cu. g megtgu tgrñ kuquñ k tglcu0Crão f kuq. hqtco tgcñ cf cu ; gpvtxkucv cr tqhwf cf cu eqo r ctvlek cpvgu f g ci âpeku lpgtpcelqpcu g qti cpk câi gu f c uqelgf cf g ekkswg vtdcrñ co eqo c Ectkcu0

Hqtco gmedqtcf qu g wñ cf qu i wcu f g eqpuwnc g hcekcàÜq go lpi rãu. Htceãu g r qtwi wãu r ctc tgeqñ gt f cf qu0Cu eqpuwncu hqtco ghgewcf cu wñ cpf q hgttco gpvcu go hñj c cf cr vcf cu c f hgtgpvgu eqpvzvu uqelcku0Hqkcf qr vcf c c vâeplec f g co quxc i go lpgpelqpcn wo c xgl swg clwf qw c i ctcpxt c lpernuÜq pq guwf q f g lpf kãewqu eqo gzt gtlãpeku tlecu g f kgtukhecf cu tgrmekpfc cu eqo q vgo c f c lpxguvñ càÜq0C cpÜñug f qu f cf qu hqkghgewcf c ctcxâu f g wo c cpÜñug vgo Ülec f g eqpvgó f q ulo r ngu. dcugcf c pqu r ctÜb gvtqu i gtcku swg go gti kco f qu tguwncf qu f q guwf q0

@CRS_2023 CHAD



2. Conceptualização e Definição da Localização

Compreender o contexto histórico da ajuda humanitária e do trabalho de desenvolvimento em África é crucial para compreender a mudança para a localização e a descolonização. Os modelos tradicionais de ajuda funcionam frequentemente segundo uma abordagem do topo para a base, com as organizações internacionais a assumirem a liderança na conceção e execução dos programas de ajuda. Os estudiosos argumentam que as raízes históricas da ajuda humanitária e do desenvolvimento em África estão ligadas a práticas coloniais e imperialistas, em que o Norte global desempenhou um papel dominante na definição das agendas de ajuda. A localização da ajuda e do desenvolvimento em África ganhou proeminência nos últimos anos, com uma mudança de paradigma no sentido de capacitar os atores locais para assumirem um papel mais central nos esforços humanitários e de desenvolvimento, bem como para alterar as atitudes e práticas persistentes do colonialismo no trabalho de desenvolvimento em África.

A localização da ajuda refere-se ao processo de transferência do poder, da tomada de decisões e da execução da ajuda humanitária e da ajuda ao desenvolvimento para os

intervenientes locais, incluindo governos, ONG e comunidades locais, com o objetivo de aumentar a eficácia e a sustentabilidade. Existe um consenso geral de que uma maior inclusão dos intervenientes locais na ajuda humanitária é uma forma eficaz de resolver as relações de poder desiguais no setor humanitário. A localização vai para além da mera descentralização; coloca a tónica na transferência do poder de decisão, dos recursos e da responsabilidade para as entidades locais. Os atores locais possuem conhecimentos contextuais, compreensão cultural e confiança da comunidade, que são essenciais para uma prestação de ajuda eficaz. A localização implica o reconhecimento e o respeito dos conhecimentos, das capacidades e da liderança locais. Além disso, os princípios de humanidade, imparcialidade, neutralidade e independência servem de base para defender a localização da ajuda.

São vários os fatores que impulsionam a localização da ajuda. A maioria destes fatores é uma crítica ao sistema humanitário internacional, que é visto como demasiado centralizado e eurocêntrico. O sistema é visto como demasiado burocrático, com uma abordagem do topo para a base que ignora os conhecimentos locais.



No entanto, ainda não existe consenso sobre o significado de localização, tanto na teoria como na prática. Alguns académicos consideram que "localização" é um termo amplo que se refere a "todas as abordagens de trabalho com os atores locais". O Secretariado da Cimeira Humanitária Mundial define-a como "tornar a ação humanitária baseada em princípios tão local quanto possível e tão internacional quanto possível". A Operação Europeia de Proteção Civil e Ajuda Humanitária considera que a localização consiste em capacitar os intervenientes locais nos países afectados para assumirem a liderança na prestação de ajuda humanitária, bem como em reforçar a capacidade e os recursos das organizações locais para responderem às necessidades humanitárias, promovendo assim a sustentabilidade a longo prazo. No entanto, nos últimos anos, tem havido cada vez mais apelos para que se desenvolvam definições de localização específicas para cada contexto.

A Cimeira Humanitária Mundial de 2016 é sobretudo recordada por ter defendido a localização da ajuda humanitária. A Cimeira sublinhou a necessidade de o setor humanitário defender os princípios humanitários universalmente aplicáveis e de assegurar que os intervenientes locais e nacionais sejam "...reforçados sempre que possível, apoiados por uma cooperação regional mais forte e por instituições mundiais apoiadas".

Os termos descolonização e localização estão intimamente relacionados e interligados, como demonstram as suas definições no presente relatório. Os termos têm as mesmas metas e objetivos e, por isso, são utilizados indistintamente no presente relatório.

O Grand Bargain, um acordo único entre alguns dos maiores doadores e organizações humanitárias que se comprometeram a fazer chegar mais recursos às mãos das pessoas necessitadas e a melhorar a eficácia e a eficiência do compromisso de ação humanitária com a localização, foi estabelecido em maio de 2016 em Istambul, na Turquia. Apela ao financiamento direto das organizações humanitárias locais, ao investimento na capacidade institucional dos atores humanitários locais, à formação de parcerias mais equitativas e à garantia de que as plataformas de coordenação incluam os atores humanitários locais.

A maioria dos participantes durante as consultas para este estudo defendeu a localização com base no facto de esta dar voz e poder às organizações locais, uma vez

Marceline, uma parteira da Caritas Kouango, dá formação médica na aldeia de Ngadza.



que estas têm uma melhor apreciação das necessidades e dos contextos das suas comunidades. Um inquirido de uma organização internacional afirmou o seguinte:

Seria dar voz às instituições locais, permitindo-lhes ter um lugar à mesa e participar ativamente nas plataformas que são tradicionalmente lideradas por atores internacionais e doadores, porque conhecem as necessidades e a situação real no terreno. Dão um maior contributo quando são tomadas decisões, quer através de plataformas de coordenação regionais ou locais.

Durante as consultas, tornou-se claro que os inquiridos associavam a localização à

prestação eficaz de ajuda. Um inquirido numa consulta zonal disse:

Temos de voltar a sentar-nos com as pessoas para compreender as suas necessidades. A cooperação fraterna e a localização requerem sentar-se com os beneficiários, passar tempo com eles, fazer perguntas e envolver-se.

2.1. A localização no contexto do trabalho da Caritas

O conceito de localização de programas de ajuda e desenvolvimento não é novo para a Caritas África. Alinha-se perfeitamente com os objetivos da Caritas África, refletindo um compromisso com soluções sustentáveis e orientadas para a comunidade. A Caritas África, como uma organização humanitária

e de desenvolvimento enraizada nos valores católicos, enfatiza a importância de capacitar as comunidades locais para enfrentarem os seus desafios únicos. A localização implica a transferência das responsabilidades de tomada de decisões e de implementação para o nível de base, promovendo um sentido de propriedade e de agência entre as populações afectadas. Esta abordagem está em sintonia com a missão da Caritas África de promover a dignidade humana, a justiça social e a solidariedade. Ao dar prioridade ao envolvimento dos atores locais, a Caritas África assegura que as intervenções são contextualmente relevantes, culturalmente sensíveis, e respondem às necessidades específicas das comunidades que servem. Este alinhamento sublinha a dedicação da Caritas África em fomentar parcerias genuínas, promover o reforço das capacidades locais e, em última análise, contribuir para o desenvolvimento sustentável em todo o continente.

A colaboração entre a Caritas África e as organizações humanitárias seculares pode ampliar o impacto dos esforços de localização, uma vez que combinaria valores religiosos com práticas baseadas em provas. As dioceses, com as suas redes e infra-estruturas comunitárias estabelecidas, servem como centros naturais para coordenar e implementar iniciativas humanitárias e de desenvolvimento, assegurando assim uma resposta mais direcionada e eficiente. A interseção entre a localização da ajuda humanitária, o desenvolvimento internacional e a cooperação fraterna, particularmente como defendida pela Caritas África, apresenta um quadro promissor para práticas humanitárias e de

desenvolvimento mais inclusivas, receptivas e éticas em África.

Os participantes neste estudo observaram que, embora a localização possa ser nova para os que efectuem trabalho humanitário e de desenvolvimento, não é necessariamente nova para a Caritas. O seu trabalho baseia-se nos ensinamentos sociais da Igreja Católica e não há nada substancialmente diferente do conceito de subsidiariedade. O Catecismo define a subsidiariedade como o princípio de que "uma comunidade de ordem superior não deve interferir na vida interna de uma comunidade de ordem inferior, privando-a das suas funções, mas deve apoiá-la em caso de necessidade e ajudar a coordenar a sua atividade com as atividades do resto da sociedade, tendo sempre em vista o bem comum".

A partir das consultas, foi bastante evidente que os inquiridos viam a localização como uma forma de dar poder de decisão e de reforçar a capacidade da Caritas a nível regional, nacional e diocesano. Um informador-chave descreveu a localização como:

Algo que é liderado localmente ou por parceiros a todos os níveis diferentes. Por exemplo, se estivermos a trabalhar em África, estamos a olhar para uma situação em que a Caritas África se torna a assinatura da conceção e implementação de programas e projetos a nível regional africano. Da mesma forma, a nível nacional, prevemos que os parceiros nacionais de desenvolvimento assumam a liderança. Neste caso, o escritório nacional da Caritas seria responsável pela conceção e condução dos processos de desenvolvimento nacional. Ao nível da comunidade, prevemos que a Caritas diocesana tome conta dos processos de desenvolvimento a esse nível

É evidente a partir deste respondente que os vários níveis da Caritas da região Africana, em cascata para o nível nacional e finalmente diocesano, representariam a localização. Uma consulta de grupo zonal ecoou observações semelhantes e afirmou que:

Ugtlc cuugi wtct swg cu qti cplk câi gu tgi lqpcu g pcelqpcu f c Ectkcu rquuco vqo ct eqpvc fg uk rti rtkug rpxct c ecdq ceâi guj wo cplkltcu pguucu rpeclt cf gu ugo fgr gpf gt fg clwf c gzwtpc0Ugtlc rctc cu qti cplk câi gu o go dtqu ugtgo cwî pqo cu g vgtgo quo glqug cu eqo r gâpekur ctc tgur qpf gt g lxi gt q vtdcxi q pgeguuUtkQ

Um informador-chave de uma organização internacional concorda com a noção acima exposta e opina:

Seria reconhecer, reforçar, sustentar e apoiar o papel de liderança de cada Cáritas nacional na resposta humanitária colectiva. Assim, promovendo um compromisso coletivo para reforçar as capacidades locais a nível diocesano.

Outro inquirido sublinhou a necessidade de um fluxo lógico de canais de comunicação e informação para uma localização eficaz. Foi observado que:

O sistema deve ter um fluxo lógico de comunicação e de canais de informação, ou seja, a partir das zonas, passamos para os gabinetes nacionais. Os gabinetes nacionais poderiam prestar serviços aos gabinetes diocesanos. Neste sistema, poderíamos capacitar cada gabinete ao seu nível. Caso contrário, enfrentamos um problema em que a caridade a nível diocesano é mais forte do que a nível nacional, e os doadores preferem ir diretamente às dioceses. Isto enfraquece a

rede de uma forma ou de outra.

Foi acordado que ter um fluxo lógico de comunicação e canais de informação ajuda a evitar comportamentos discordantes entre o escritório nacional da Caritas e o escritório diocesano, como citado no exemplo da Caritas Marwa nos Camarões. Sentiu-se que o escritório diocesano em Marwa se tornou mais desenvolvido do que o nível nacional e muitos doadores preferem agora ir lá diretamente sem o conhecimento do escritório nacional. Isto significa que os canais de comunicação e informação a nível nacional estão enfraquecidos, uma vez que a sede nacional já não tem controlo total sobre o que se passa nas suas redes. No entanto, é importante notar que, embora seja necessário haver um fluxo lógico de informação, o facto de haver um gabinete diocesano local desenvolvido não deve ser visto como negativo, mas sim como a configuração ideal para que ocorra uma verdadeira localização.

Seguindo esta lógica, para que a localização aconteça, é necessário reforçar a capacidade a nível nacional e diocesano, uma vez que estes são os níveis com lacunas de capacidade que podem dificultar a localização.

3. Definição de Descolonização

A expressão "descolonização da ajuda humanitária" tornou-se atual nos círculos internacionais de desenvolvimento. O Centro de Liderança Humanitária define-o como:

um apelo de muitos actores humanitários para uma mudança fundamental no poder e nos recursos, que nasce da preocupação de que o atual sistema de ajuda internacional faz parte de uma construção colonial que opera em termos ocidentais e a partir de pontos de vista ocidentais, perpetuando desequilíbrios de poder entre o Norte e o Sul globais.

A descolonização da ajuda é uma questão muito provocadora e sensível. Na sua essência, a descolonização da ajuda é um termo utilizado para descrever um movimento no domínio do desenvolvimento internacional e da assistência humanitária que está a reavaliar e a reestruturar as formas como a ajuda e a assistência são prestadas aos países e às comunidades necessitadas, centrando-se na resolução dos desequilíbrios históricos e das dinâmicas de poder enraizadas nas histórias coloniais.

O relatório do Peace Direct, Time to Decolonise Aid, que apresenta as conclusões de um estudo global sobre o legado colonial do sistema de ajuda, refere que, embora "de acordo com a sua utilização original, a

'descolonização' se refira ao processo de retirada de um Estado de uma antiga colónia, tornando-a 'independente', os profissionais sublinham que o termo tem um significado secundário, referindo-se também ao processo de desconstrução das ideologias coloniais relativas à superioridade e ao privilégio do pensamento e das abordagens ocidentais".

Um informador-chave neste estudo definiu a descolonização da ajuda como "uma mudança, em termos da dinâmica de poder entre os atores internacionais e locais e também dos recursos, que estão atualmente em vigor. Trata-se também de responsabilidade mútua e de promover uma parceria verdadeira e igualitária".

As perspectivas e abordagens ocidentais enraizadas no colonialismo podem prejudicar as iniciativas humanitárias e de desenvolvimento a longo prazo e os esforços de localização em África devido à possibilidade de ignorarem o contexto, as necessidades e as capacidades locais. Quando as organizações ou os governos ocidentais apoiam os esforços humanitários e de desenvolvimento em África, fazem-no com uma mentalidade moldada pelas suas próprias experiências e interesses culturais, políticos e económicos, o que pode inadvertidamente prejudicar a eficácia dos

programas de ajuda e desenvolvimento. Esta situação pode ocorrer de várias formas, incluindo a imposição de soluções que não se coadunam com as realidades locais, ignorando o contributo das comunidades e organizações locais e perpetuando a dependência em vez de promover a autossuficiência.

Argumenta-se que o objetivo da descolonização da ajuda é adotar uma abordagem mais justa e eficaz na prestação de assistência, em que a agência e a dignidade dos beneficiários são fundamentais. Um participante numa consulta de grupo definiu a descolonização da ajuda da seguinte forma:

Penso que a ideia principal da descolonização é garantir que as instituições parceiras locais, que estão mais próximas das questões e dos desafios, possam aceder ao financiamento e responder às necessidades no terreno, uma vez que compreenderiam melhor o contexto e teriam relações mais estreitas com as populações afectadas e as pessoas vulneráveis e, por conseguinte, poderiam tomar melhores decisões ou dar melhores contributos sobre a forma de apoiar as diferentes comunidades afectadas.

A descolonização da ajuda implica a transferência das dinâmicas de poder dos atores externos para as comunidades e organizações locais, incentivando simultaneamente parcerias equitativas, reexaminando os modelos de financiamento e reconhecendo e resolvendo as injustiças

históricas. Também defende a sensibilidade cultural na procura de soluções, em vez de impor soluções baseadas apenas em perspectivas externas.

A descolonização, na perspetiva da Igreja Católica, implica o reconhecimento e a retificação das injustiças históricas, a promoção da autodeterminação das comunidades indígenas e a defesa da restauração dos seus direitos e da sua dignidade.



4. Principais Resultados

4.1. Fatores que facilitam a liderança local e a localização da ajuda e do desenvolvimento a longo prazo na Caritas África

4.1.1. Advocacia e mobilização a nível local

Tanto os atores humanitários locais como internacionais contribuem para o processo de localização da ajuda. Os intervenientes locais e nacionais são eficazes na promoção da agenda da localização através da criação de redes, da mobilização e da defesa das suas próprias prioridades. Um participante salientou a importância de:

... a sensibilização ou formação contínuas, desde o reforço das capacidades das mulheres até à preparação para situações de emergência relacionadas com as alterações climáticas, para os intervenientes locais, e a garantia de que as políticas necessárias são fundamentais para a localização da ajuda humanitária e do desenvolvimento.

4.1.2. Relações sociais, redes e liderança local existentes

Os acordos de financiamento a nível nacional que integram a liderança ou co-liderança de ONG nacionais podem ser um meio eficaz de permitir uma resposta humanitária rápida. As relações e redes sociais existentes desempenham um papel crucial na facilitação

da liderança local, da localização e da descolonização da ajuda em África. Os atores locais e nacionais também tiram partido das relações e redes sociais existentes na sua resposta às catástrofes. Os líderes e as comunidades locais estão mais bem equipados para compreender as necessidades e os contextos específicos das suas regiões e podem adaptar os esforços de ajuda para responder eficazmente a essas necessidades. Ao tirar partido das relações e redes sociais existentes, os esforços de ajuda podem ser mais direcionados, eficientes e culturalmente adequados. De acordo com os participantes no estudo, esta abordagem também capacita as comunidades locais e promove a sua apropriação dos processos de desenvolvimento, conduzindo a resultados mais sustentáveis. Os participantes no estudo sublinharam também que estão a trabalhar com várias partes interessadas, incluindo a liderança local e os grupos sociais, para abordar as intervenções humanitárias. Foi observado que estas intervenções foram fundamentais para promover a sensibilização e a ação coletiva entre os membros da comunidade.

4.1.3. Atores internacionais progressistas

Alguns atores internacionais, como a Cruz Vermelha e as agências das Nações Unidas, passaram da implementação direta para o

investimento na capacidade dos parceiros locais a longo prazo, uma medida que promove a liderança local, a governança local e a sustentabilidade. Embora isto possa ser o resultado de compromissos internacionais e de políticas de doadores, é a proactividade destes atores que torna possível a agenda da localização. A Caritas foi elogiada pela sua abordagem única a este respeito, como salientou um inquirido:

...que temos recursos locais da organização nacional dos membros da Caritas e da Caritas a nível diocesano. A Confederação da Caritas tem a particularidade de ajudar a manter esta presença em todos os níveis de base e de fazer parte da comunidade.

Um participante observou:

Um fator que permite a localização da ajuda humanitária e da liderança são as organizações internacionais que apoiam as organizações não governamentais locais, não só dando-lhes subsídios, mas também apoiando-as para que tenham poder e capacidades institucionais, desde recursos humanos, finanças, equipamento e TIC.

4.1.4. Políticas progressistas dos dadores

As políticas progressistas dos doadores internacionais são aquelas que promovem parcerias equitativas e que têm em consideração fatores éticos e geopolíticos. As políticas progressistas podem dar prioridade à participação das comunidades locais nos processos de tomada de decisão, assegurando que as suas necessidades e perspectivas são tidas em conta. Por exemplo, os participantes

no estudo salientaram que o ACNUR está a envidar esforços e está atualmente a trabalhar num quadro de localização. Um participante salientou também que:

havia outros quadros de assistência, como as normas humanitárias fundamentais, que obrigam as organizações a trabalhar com organizações de desenvolvimento local. As normas humanitárias fundamentais têm directrizes e indicadores. Além disso, foi efectuada uma consulta às organizações não-governamentais para recolher contributos e reacções das ONG internacionais e locais sobre a forma que este potencial quadro de localização poderia assumir. Foi igualmente referido que a OIM tinha anunciado que estava a trabalhar num quadro de localização

Estas iniciativas e políticas podem ajudar a resolver o desequilíbrio de poder que existe frequentemente entre as organizações internacionais de ajuda e as comunidades locais. Além disso, as políticas progressistas podem investir no reforço das capacidades das organizações e instituições locais, permitindo-lhes assumir mais papéis de liderança na prestação da ajuda e na tomada de decisões. Isto pode ajudar a reduzir a dependência da ajuda externa e a promover o desenvolvimento sustentável.

4.1.5. Fundos comuns

Os fundos comuns baseados nos países são formas eficazes de enviar dinheiro aos atores locais. Como alguns participantes observaram, o desenvolvimento de fundos comuns em África ajuda a facilitar a liderança local, a localização e a descolonização da ajuda, permitindo que as organizações locais tenham

mais controlo e poder de decisão sobre a utilização dos fundos. De acordo com um participante:

Os fundos comuns reúnem recursos de vários doadores, que podem depois ser afectados a organizações locais com base nas suas necessidades e prioridades. Esta abordagem permite que os líderes locais tratem de questões específicas das suas comunidades, promove a localização dos esforços de ajuda e reduz a dependência de actores externos.

Ao descentralizar a tomada de decisões e a atribuição de fundos, os fundos comuns apoiam a descolonização da ajuda em África, permitindo uma abordagem do desenvolvimento mais sustentável e orientada para as comunidades. Além disso, o desenvolvimento de fundos comuns permite o processo de localização, na medida em que ajuda as agências doadoras internacionais a ultrapassar alguns dos seus desafios em matéria de obtenção de fundos para os atores locais.

4.1.6. Acesso humanitário

Os desafios do acesso humanitário em África conduziram a uma mudança no sentido da capacitação da liderança local, da promoção da localização e da descolonização dos esforços de ajuda. Os participantes no estudo salientaram que estes desafios obrigaram as organizações humanitárias internacionais a trabalhar mais estreitamente com as comunidades e organizações locais, permitindo o desenvolvimento da liderança local na resolução de crises. Alguns destes contextos incluem conflitos armados,

catástrofes naturais, alterações climáticas, pandemias como o Ébola e a COVID-19, e mesmo a falta de acesso físico devido a ciclones, entre outras catástrofes. Estudos realizados na Somália e no Sudão do Sul demonstraram que a resposta humanitária não tem outra opção senão recorrer aos intervenientes locais, porque os intervenientes internacionais não têm acesso à população ou não vivem no local onde se encontram as comunidades afectadas. Além disso, como observou outro participante.

... durante o surto de Ébola na África Ocidental, os líderes das comunidades locais desempenharam um papel crucial na educação e mobilização das suas comunidades para evitar a propagação da doença.

Ao colaborar com os intervenientes locais, os esforços de ajuda tornam-se mais adaptados às necessidades e contextos específicos das populações afectadas, conduzindo a uma resposta mais eficaz e sustentável. Além disso, esta mudança contribui para a descolonização da ajuda, reduzindo a dependência da assistência externa e dando às entidades locais a possibilidade de se apropriarem das iniciativas de ajuda e desenvolvimento. Além disso, estes desafios podem levar as organizações internacionais de ajuda a reconhecer a importância de reforçar as capacidades dos atores locais e de estabelecer parcerias com eles, promovendo assim a localização dos esforços de ajuda.

4.2. Fatores que dificultam a liderança local e a localização da ajuda em África

Apesar do reconhecimento da importância de reforçar as capacidades dos actores locais para melhorar a relevância, a eficiência e o impacto positivo da ajuda humanitária, a operacionalização da agenda da localização tem os seus próprios desafios. Muitas estruturas do sistema humanitário internacional continuam a ter características que excluem os actores locais. Os actores locais continuam a ter falta de acesso aos mecanismos de financiamento, coordenação e parceria. Além disso, existem também relações de poder desiguais no sistema de ajuda humanitária que tendem a favorecer o status quo, que pode ser racista e neocolonialista. Estas barreiras estão interligadas e reforçam-se mutuamente. Como tal, torna-se obrigatório não abordar estas barreiras de forma isolada.

4.2.1. Barreiras estruturais

As barreiras estruturais impedem a liderança local, a localização e a descolonização da ajuda em África de várias formas. O paradigma dominante da prestação de ajuda é de cima para baixo, com os países doadores e as organizações internacionais a definirem a agenda e a determinarem as prioridades para a distribuição da ajuda. Este facto pode marginalizar os líderes e as comunidades locais, que podem ter um melhor conhecimento das necessidades específicas e do contexto das suas comunidades.

i. Quantidade e qualidade limitadas do financiamento

Os inquiridos observaram que a quantidade e a qualidade limitadas do financiamento dirigido aos intervenientes locais são simultaneamente um resultado e um obstáculo à localização, porque os intervenientes locais não conseguem atrair e manter pessoal de qualidade. Assim, o setor da ajuda é muitas vezes caracterizado por um efeito de "fuga de cérebros", em que os líderes e peritos locais são atraídos para trabalhar para organizações internacionais ou países doadores, o que leva a uma perda de talentos e conhecimentos locais. Em alguns casos, os actores locais não conseguem aceder ao financiamento porque os doadores internacionais têm uma capacidade limitada para administrar pequenas subvenções que beneficiam os actores locais.

Além disso, os doadores internacionais têm continuado a defender modelos de parceria de subcontratação desiguais. Embora as modalidades de financiamento existentes na confederação da Caritas, em particular o sistema de apelo de emergência, constituam uma ferramenta rápida e eficiente para os membros da Caritas acederem ao financiamento, os membros operacionais enfrentam frequentemente desafios para cobrir os seus custos administrativos.

Um participante sublinhou este aspeto dizendo:

No contexto das Seychelles, o problema da liderança é que estamos todos a trabalhar em parceria com a Caritas e praticamente não há trabalhadores a tempo inteiro. Um fator impeditivo é o facto de termos poucos fundos, o que torna um pouco difícil pagar a um trabalhador a tempo inteiro. É um pouco difícil

porque temos de fazer o nosso trabalho a tempo inteiro juntamente com o trabalho da Caritas.

Outro participante do Sudão do Sul expressou os mesmos sentimentos, dizendo:

Não conseguimos obter o financiamento de que necessitamos para responder a emergências e talvez para realizar outros projectos em diferentes áreas. De facto, não há apoio suficiente para que a Caritas nacional possa fazer o seu trabalho e funcionar bem.

Sem um apoio financeiro sustentado, as organizações locais têm dificuldade em atrair e manter profissionais qualificados, o que compromete a resiliência e a autossuficiência a longo prazo das comunidades afectadas. Por conseguinte, a resolução dos desafios financeiros é fundamental para criar uma resposta humanitária mais sustentável e com maior impacto a nível local.

ii. Abordagem do topo para a base

As barreiras estruturais dão lugar a uma abordagem do topo para a base que não deixa qualquer espaço para os parceiros locais tomarem as suas próprias decisões independentes. Como observou um participante:

Isto acabou por criar um complexo de inferioridade em que algumas pessoas e dirigentes locais pensam que, se vier de fora, é bom, e algumas pessoas já não imaginam que podemos viver sem ajuda.

O impacto de um complexo de inferioridade nos esforços de localização em resultado destas barreiras estruturais é significativo. Pode levar

a um desrespeito pelos sistemas e práticas de conhecimento locais, dificultando a integração de soluções autóctones nas iniciativas de desenvolvimento. Além disso, a falta de confiança nas capacidades locais pode impedir o investimento em organizações locais e iniciativas humanitárias, perpetuando um ciclo de dependência de recursos externos. Esta situação não só prejudica o crescimento económico como também compromete a sustentabilidade dos esforços humanitários e de desenvolvimento em África.

Além disso, devido a desafios estruturais, os intervenientes locais não podem aceder aos sistemas de coordenação e aos órgãos de decisão internacionais. Esta situação constitui um obstáculo à localização da ajuda humanitária e ao desenvolvimento, uma vez que a maior parte das decisões são tomadas por actores internacionais ocidentais que têm maior acesso ao sistema de coordenação. Um dos inquiridos referiu que:

...as expectativas e os requisitos que são fornecidos em torno do fluxo de ajuda baseiam-se numa perspetiva ocidental. Baseiam-se nas expectativas de certas estruturas governamentais, sistemas de gestão financeira e outras coisas que estão a ser implementadas e, por vezes, tornam os requisitos difíceis ou desafiantes para as pequenas organizações.

4.2.2. Dinâmica do poder

Os interesses enraizados dos actores internacionais dificultam a concretização da agenda de descolonização da ajuda humanitária. Como alguns participantes observaram, isto leva a que alguns parceiros

internacionais executam eles próprio os projetos locais. Por exemplo, os participantes de um grupo observaram que, em algumas região:

As organizações nacionais da Caritas estão a competir com as Caritas diocesanas locais. Temos de sublinhar a necessidade de uma maior responsabilização e respeito mútuos pela liderança local da Caritas e garantir que não competem por recursos com a Caritas nacional.

No entanto, outro participante observou que, por vezes, os financiadores tendem a considerar a estrutura da Caritas a nível nacional e diocesano como complexa e dispendiosa, o que, nalguns casos, apresenta desafios na forma como os fundos são desembolsados e a vários níveis. O participante observou que:

Um dos parceiros de financiamento com quem viajei uma vez disse-me que não trabalhamos com o gabinete nacional. Trabalhamos com os gabinetes locais. Atualmente, isto é um grande problema. Para eles, estão a dizer que isto é a localização a prestar apoio às instituições locais. Por isso, eu estava a dizer, mas o gabinete nacional também é uma instituição local. Portanto, é este o problema que existe. O desafio que os parceiros colocam é o facto de a sede nacional ser um estrato dispendioso. Dizem que arranjar dinheiro para ir à sede nacional da diocese custa muito dinheiro em termos administrativos.

Um dos parceiros de financiamento com quem viajei uma vez disse-me que não trabalhamos com o gabinete nacional. Trabalhamos com os gabinetes locais. Atualmente, isto é um grande problema. Para eles, estão a dizer que isto é a localização a prestar apoio às instituições locais.

Por isso, eu estava a dizer, mas o gabinete nacional também é uma instituição local. Portanto, é este o problema que existe. O desafio que os parceiros colocam é o facto de a sede nacional ser um estrato dispendioso. Dizem que arranjar dinheiro para ir à sede nacional da diocese custa muito dinheiro em termos administrativos.

4.2.3. Questões de capacidade

De acordo com o Quadro Estratégico da União Africana para o Desenvolvimento de Capacidades em África 2019, o desenvolvimento de capacidades é um processo que permite aos indivíduos, grupos, organizações, instituições e sociedades definir, articular, envolver e concretizar de forma sustentável a sua visão ou objectivos de desenvolvimento, com base nos seus próprios recursos e aprendizagem no contexto de um paradigma pan-africano. Um participante salientou que:

No contexto da localização da ajuda humanitária e da ajuda ao desenvolvimento a longo prazo, o desenvolvimento de capacidades refere-se ao processo de reforço das capacidades, competências e recursos dos actores locais a vários níveis para responder eficazmente a situações de emergência e fornecer soluções sustentáveis para as necessidades da comunidade.

Outro inquirido observou que:

A nível diocesano, o desenvolvimento de capacidades envolve o reforço das capacidades organizacionais e operacionais dos ramos locais da Caritas, permitindo-lhes ter um papel mais ativo na resposta a catástrofes, recuperação e



iniciativas de desenvolvimento a longo prazo. Isto inclui a formação de pessoal e voluntários locais, o estabelecimento de sistemas de comunicação sólidos e a promoção da colaboração com outros parceiros.

No entanto, na maioria dos casos, o termo "capacidade" é definido por actores internacionais do Norte global. Assim, a capacidade acaba por refletir os padrões do Norte global, que enfatizam as capacidades de gestão

administrativa e financeira e a apresentação de relatórios "para cima". Este facto foi salientado por um dos participantes:

As nossas próprias características de capacidade, que estão normalmente associadas aos actores locais, como o conhecimento local, a língua, a cultura e a capacidade de aceder a ambientes complexos, são frequentemente postas de lado.

Os participantes na investigação concordaram que existe uma percepção generalizada entre as organizações humanitárias internacionais de que os intervenientes locais têm uma capacidade limitada em vários domínios, desde a administração à capacidade técnica. A maioria destas afirmações não é apoiada por provas e pode ser influenciada por preconceitos racistas e neocoloniais.

Além disso, o reforço das capacidades dos intervenientes locais é ineficaz, uma vez que os elementos são muitas vezes concebidos e fornecidos por intervenientes internacionais que não estão a par das necessidades e do contexto dos intervenientes locais e que podem nem sequer ter capacidade para os fornecer. Os participantes na investigação também concordaram que:

Temos poucos fundos e é por isso que é um pouco difícil pagar a um trabalhador a tempo inteiro. As organizações internacionais não estão dispostas a investir recursos no reforço das capacidades das organizações locais porque, a partir do momento em que se desempenha um papel de parceiro de execução, não se tem acesso a fundos para além do projeto, o que significa que, quando o projeto termina, o seu envolvimento também termina.

Este facto aponta para uma falta de financiamento para apoiar o reforço das capacidades locais. O impacto do financiamento limitado do reforço das capacidades nos esforços de localização é profundo. As organizações locais não conseguem

desenvolver as competências e os recursos necessários para adaptar os programas e as intervenções aos contextos culturais, sociais e económicos específicos das suas comunidades. Como resultado, a eficácia e a sustentabilidade das iniciativas localizadas são comprometidas, dificultando o progresso geral dos esforços de localização em África.

Para a Caritas, o envolvimento com outros parceiros, tais como organizações governamentais e não governamentais, ajuda a criar uma rede de colaboração que partilha conhecimentos e recursos. Esta abordagem alinha-se com os princípios de apropriação e capacitação local, uma vez que permite que as entidades locais desempenhem um papel central na definição e implementação de estratégias humanitárias, promovendo, em última análise, a sustentabilidade e a resiliência face às crises.

4.2.4. Problemas de comunicação

Os participantes na investigação também salientaram a existência de

desafios relacionados com a falta de comunicação clara entre os membros e os parceiros internacionais. Como referiu um inquirido internacional:

Há falta de comunicação e, muitas vezes, essa falta de comunicação não é boa. Na nossa opinião, existe um receio do que podemos ou não dizer. A comunicação é precisamente para saber, antecipar porque também temos doadores que também nos exigem. Sem uma boa comunicação, temos um problema.

É importante salientar que, sem uma comunicação eficaz, os líderes locais podem não ter conhecimento dos recursos e do apoio de que dispõem e podem não ter acesso à formação e às oportunidades de desenvolvimento de capacidades de que necessitam para liderar eficazmente as suas comunidades. Em segundo lugar, a falta de comunicação pode levar a uma falta de apropriação e de adesão por parte dos líderes e das comunidades locais, o que pode comprometer a eficácia dos esforços de ajuda. Por último, sem uma estratégia de comunicação forte, pode ser difícil garantir que os esforços

de localização e descolonização sejam bem coordenados e alinhados com as necessidades e prioridades da comunidade local.

4.2.5. Percepções de risco

A perceção de que os atores locais têm uma capacidade limitada para gerir adequadamente os fundos e respeitar os princípios humanitários levou à crença generalizada de que a concessão de financiamento direto e avultado aos actores locais é inerentemente de alto risco. Esta perceção é principalmente veiculada por organizações e doadores do Norte global no setor humanitário que, por vezes, querem manter o controlo dos recursos financeiros para influenciar o processo de desenvolvimento. O resultado é que os requisitos de conformidade para o financiamento, a gestão, a execução e a apresentação de relatórios sobre os projetos humanitários são bastante elevados e os prazos podem ser bastante apertados, chegando mesmo a não ter em conta o contexto operacional. Os intervenientes locais observaram frequentemente que o nível de controlo que lhes é imposto pelos doadores internacionais é muito mais elevado do que o imposto aos intervenientes internacionais. Um inquirido argumentou:

Apesar dos estereótipos negativos que rodeiam a capacidade dos africanos para gerir fundos, é crucial reconhecer a multiplicidade de áreas em que os indivíduos do continente se destacam, alinhando-se com a visão da Caritas África de promover a localização da ajuda humanitária e dos planos de desenvolvimento a longo prazo. Os africanos têm demonstrado consistentemente resiliência, inovação e um profundo sentido de comunidade. A sua

capacidade de mobilizar recursos de forma eficaz, promover a coesão social e implementar iniciativas de base demonstra a sua capacidade de desenvolvimento sustentável.

4.2.5. Desafios contextuais *

i. Má governança

Embora os governos nacionais sejam vistos como atores importantes na localização da ajuda humanitária, os governos nacionais repressivos, corruptos ou fracos constituem um obstáculo aos processos de localização. Os governos corruptos podem politizar a ajuda, enquanto os repressivos podem simplesmente aplicar políticas restritivas que dificultam a ação dos agentes humanitários. Os governos fracos podem não ter a capacidade técnica necessária para promover o trabalho humanitário. Quando rebentou a guerra civil na Etiópia, por exemplo, o governo federal impediu a entrada de ajuda humanitária em Tigray e houve relatos de que a ajuda humanitária estava a ser fortemente politizada, com os agentes humanitários acusados de parcialidade tanto pelo governo como pelos seus opositores.

A má governança pode dificultar os esforços de localização. Um participante observou que:

outro fator que dificulta a localização é a má governança que caracteriza o atual Estado africano. Se sairmos desta má governança, acredito que as coisas vão mudar.

Esta má gestão conduz a uma falta de responsabilização e de confiança nas instituições locais, tornando difícil para as organizações de ajuda trabalharem diretamente com as comunidades locais e os



©Philipp Spalek / Benjamin Kossi, da Caritas Kouango, visita a Associação de Mulheres Muçulmanas Vítimas de Violência de Género. / República Centro-Africana

programação. Nalgumas zonas, está a tornar-se difícil viajar e trabalhar porque, no nosso local, a situação de segurança está a tornar-se muito crítica numa ou duas dioceses.

As complexas estruturas políticas, sociais e económicas dos países africanos podem criar desafios às organizações humanitárias e aos agentes locais que procuram prestar ajuda e apoio às comunidades necessitadas. Por vezes, os conflitos no seio das comunidades afectadas e entre estas e a comunidade de acolhimento podem impedir a prestação eficaz de ajuda. Por exemplo, um participante do Uganda salientou que:

Devido aos conflitos políticos nos países vizinhos, podemos acolher um grande número de refugiados no Uganda. E, sem dúvida, há uma série de problemas que temos conseguido resolver nesse contexto de refugiados. A alimentação é inadequada e a proteção dos refugiados é reduzida em termos de conflitos tribais no seio da colónia de refugiados e também entre os refugiados e as comunidades de acolhimento. Enquanto vivem nas colónias de refugiados no Uganda, há casos em que estas pessoas entraram em conflito entre si e também com as comunidades de acolhimento.

ii. Instabilidade

Os participantes observaram que os ambientes inseguros, como os países devastados pela guerra e as zonas controladas por rebeldes, constituem um obstáculo à localização. A fim de reduzir os riscos para o seu pessoal, os intervenientes internacionais devem estabelecer parcerias com os intervenientes locais no terreno. Um participante explicou que:

Aqui no Sudão do Sul, a falta de paz é um dos desafios que temos. A dada altura, tivemos de suspender as nossas operações devido à instabilidade no país. Desde esse momento de crise, a equipa tem estado dispersa e as pessoas têm fugido para diferentes partes do país em busca de segurança; algumas estão fora do país, o que tem tido um efeito negativo na nossa

5. Recommendations

5.1. Possíveis ações concretas de localização e de cooperação fraternal

i. Nível nacional e diocesano

a. Partilha do poder e tomada de decisões

A Caritas nacional deve dar prioridade à partilha de poder e à tomada de decisões com as comunidades locais. Isto significa envolvê-las no planeamento, implementação e avaliação dos projetos de ajuda. As comunidades locais devem ter uma palavra a dizer na determinação das suas próprias necessidades e das estratégias para as satisfazer. A descentralização do poder e da tomada de decisões a nível local permitirá a implementação de soluções adequadas porque, como observou um participante:

... o desafio que temos com as organizações internacionais é que podem querer importar algo das suas sedes e querer operacionalizá-lo numa diocese como a de Chinhoyi, onde o contexto é bastante diferente.

O modelo de partilha de poder e de tomada de decisões pode facilmente ultrapassar esses desafios. Isto não deveria ser de todo um problema para os bispos, uma vez que se enquadra na doutrina da subsidiariedade da Igreja, que, de acordo com as tradições católicas, tal como expostas pelo Papa Pio XI, se refere a uma "situação que assegura que o

poder, as decisões e a responsabilidade são levados até ao nível mais baixo em que podem ser corretamente exercidos". Este princípio defende que os níveis superiores de autoridade só devem intervir quando os níveis inferiores não são capazes de realizar uma tarefa de forma tão boa ou tão eficiente.

b. Reforço das capacidades locais

Deve ser feito um esforço para investir no reforço das capacidades das organizações e dos indivíduos locais. Isto inclui o fornecimento de formação, recursos e apoio técnico para reforçar as capacidades dos atores locais a tomarem conta das suas próprias iniciativas de desenvolvimento. Ao reforçar as capacidades locais, a Caritas pode assegurar intervenções sustentáveis e conduzidas a nível local. Um dos participantes afirmou que:

Não localizamos numa situação em que a entidade que queremos localizar é fraca... se eles querem tornar isto uma realidade, então precisam de reforçar a capacidade dos escritórios da Caritas. A localização e a descolonização não acontecem num vácuo. A Caritas África precisa de criar ferramentas relevantes para ajudar nesse processo.

Outro participante acrescentou ainda:

Temos de reforçar os sistemas para podermos contabilizar os recursos e acompanhar e avaliar o impacto que estamos a ter.

c.Parcerias, colaboração e coordenação

A Caritas África deve encorajar ativamente parcerias e colaborações entre a Caritas nacional e diocesana, organizações locais, líderes comunitários, e iniciativas de base. Isto promove uma abordagem mais inclusiva e participativa, onde o conhecimento local, perícia, e redes são valorizados e integrados no processo de tomada de decisões. A necessidade de parcerias e colaborações efectivas foi referida por um participante, que afirmou que:

Na prática, é necessário elaborar uma estratégia de aprendizagem sistemática com as organizações que já estão a praticar a localização.

Outro acrescentou que:

Seria importante que a Caritas África regional reforçasse o seu papel de coordenação. A Caritas África deve ser vista como um líder no apoio às Caritas locais específicas do país.

O projeto “Empowering Partner Organizations Working on Emergency Responses (EMPOWER)” que começou na América e na região das Caraíbas é um grande modelo para replicar em outras regiões porque utiliza os comités de localização que enfatizam a importância da cooperação fraterna. O EMPOWER promove a liderança da resposta humanitária por organizações locais com cobertura nacional. É uma abordagem que se orienta pelas prioridades institucionais e programáticas identificadas no seio das organizações.

ii.Organizações regionais e nacionais da Caritas

a.Afetação de recursos a nível regional e nacional

As Cáritas regionais e nacionais devem dar prioridade à afetação de recursos que apoiem as iniciativas locais. Isto significa direccionar o financiamento, os materiais e a assistência técnica para as prioridades e projetos identificados localmente. Também implica assegurar que os recursos financeiros são acessíveis às organizações locais, o que pode reduzir a sua dependência de financiamento externo. Como observou um dos inquiridos:

Há uma necessidade de mudar a bolsa para que a decisão sobre o que precisa de ser feito, como e onde e por quem a nível local seja com os actores locais... A Caritas África precisa de reforçar a capacidade dos escritórios nacionais na mobilização de recursos para lhes permitir aceder ao financiamento dos parceiros. Além disso, a Caritas África deve assumir um papel na ligação das dioceses aos parceiros.

A ligação dos parceiros locais com os doadores e o reforço da sua capacidade de mobilização de recursos é crucial para a Caritas África na promoção da devolução do poder e na concretização da localização da ajuda humanitária e de desenvolvimento. Os modelos tradicionais de financiamento dos doadores precisam de ser revistos para uma alocação equitativa, passando de uma procura baseada em projectos de curto prazo para acordos flexíveis de vários anos.

b.Advocacia e influência política

A Caritas África deve empenhar-se em esforços de advocacia para promover políticas e práticas que apoiem a descolonização e a localização da ajuda. Isto inclui a defesa de mudanças nos mecanismos de financiamento, políticas e práticas que capacitem as comunidades locais e dêem prioridade à sua ação nos processos de tomada de decisão. De acordo com um participante:

É necessário que a Caritas África faça algum trabalho de advocacia com os parceiros de financiamento, apesar de alguns parceiros de financiamento estarem hesitantes em seguir a rota da localização, para que ganhem confiança de que os fundos que estão a dar estão a ser usados para o fim pretendido.

©CRS / Chad 2023



iii.Parceiros de financiamento

a.Sensibilidade cultural e compreensão do contexto

Os parceiros de financiamento devem dar prioridade à sensibilidade cultural e à compreensão do contexto nas suas

abordagens. Isto implica reconhecer e respeitar os costumes, tradições e modos de vida locais. Significa também adaptar as intervenções aos contextos sociais, económicos e ambientais específicos das comunidades que estão a ser servidas. Um dos participantes referiu-se a este facto como a necessidade de:

envolver a comunidade em tudo o que fazemos e tentar compreender como a comunidade funciona na base.

Os atores internacionais devem aprender com os contextos locais. A ênfase na compreensão do contexto permite que os intervenientes internacionais aprendam com as experiências dos socorristas locais, que possuem conhecimentos valiosos sobre a dinâmica, a cultura, as estruturas sociais e as vulnerabilidades da sua comunidade. O envolvimento ativo com estas perspectivas pode aumentar a eficácia do programa.

5.2. Possível papel da Caritas nacional

Na tentativa de promover uma abordagem da ajuda mais localizada, sustentável e centrada na comunidade, a Caritas nacional pode considerar as seguintes recomendações:

Envolver-se numa escuta ativa: Dar prioridade às vozes e perspectivas das comunidades e parceiros locais. Os diretores nacionais da Caritas devem iniciar fóruns nacionais ao seu nível e convidar CIMOs locais para debates, a fim de dar início ao processo de escuta e apropriação local. Estes fóruns podem fornecer plataformas para o diálogo

e para os actores locais expressarem as suas necessidades e aspirações sem influência externa. Isto implica a criação de mecanismos de feedback permanente e a garantia de que o contributo da comunidade é um elemento central nos processos de tomada de decisão.

Reforço das capacidades: Investir no reforço das competências e das capacidades das organizações e dos indivíduos locais para dirigirem e gerirem eficazmente os programas de ajuda. Isto implica o desenvolvimento de programas de formação adaptados, a disponibilização de recursos e a facilitação de plataformas de partilha de conhecimentos para capacitar os actores locais nas suas iniciativas de desenvolvimento.

Liderança local: Assegurar que os líderes locais estão na vanguarda dos processos de tomada de decisão e que têm autoridade para orientar as iniciativas de ajuda nas suas comunidades. Adotar o princípio da subsidiariedade, permitindo que as decisões sejam tomadas ao nível mais eficaz e local.

Abordagem de parceira: Desenvolver parcerias equitativas com entidades locais, tratando-as como colaboradores e não como beneficiários. Fomentar um espírito de colaboração que reconheça o valor dos conhecimentos e das competências locais, o que contribuirá para criar uma abordagem mais inclusiva e participativa da ajuda.

Sensibilidade cultural: Respeitar e incorporar os costumes, tradições e sistemas de conhecimento locais nos programas de ajuda. Adaptar as intervenções aos contextos

sociais, económicos e ambientais específicos das comunidades servidas, promovendo a sensibilidade cultural e a inclusão.



Transparência e responsabilidade: Ser transparente quanto às fontes e utilizações dos fundos de ajuda e prestar contas tanto aos doadores como às comunidades servidas. Isto implica uma comunicação aberta com as partes interessadas sobre os aspectos financeiros dos programas de ajuda e a garantia de clareza e confiança na afetação e utilização dos recursos.

Compromisso a longo prazo: Concentrar-se no desenvolvimento sustentável e não na ajuda de curto prazo. Apoiar objetivos a longo prazo que sejam definidos pelas próprias comunidades. Isto exige uma mudança de perspetiva das necessidades imediatas para soluções duradouras, alinhando os esforços de ajuda com as aspirações de desenvolvimento mais amplas das comunidades locais.

Diversificar o financiamento: Incentivar e facilitar o acesso a diversas fontes de financiamento para as organizações locais, a fim de reduzir a dependência da ajuda internacional. Isto implica a exploração de modelos de financiamento alternativos e a criação de mecanismos que permitam às entidades locais aceder a recursos financeiros de forma independente. Além disso, quando o financiamento é diversificado e suficiente, a Caritas consegue manter pessoal competente, pagando-lhes bem e, consequentemente, mantendo a capacidade necessária a nível local.

Defesa de políticas: Defender políticas que apoiem os direitos e as capacidades das comunidades locais para liderarem o seu desenvolvimento. Envolver-se em esforços estratégicos de defesa a nível local, nacional, regional e internacional para influenciar políticas que capacitem e dêem prioridade à apropriação e ao controlo locais das iniciativas de ajuda.



Prática reflexiva: Refletir e avaliar continuamente o impacto do trabalho de ajuda e estar aberto à aprendizagem e à adaptação de abordagens com base no feedback das partes interessadas locais. Implementar uma prática de reflexão que envolva avaliações regulares, aprender com os êxitos e os desafios e fazer ajustamentos informados para aumentar a eficácia e a relevância dos programas de ajuda.



5.3. Possível papel dos bispos

Uma análise das responsabilidades atribuídas aos bispos que supervisionam a Caritas revela que o seu papel tem como objetivo promover a liderança local e a cooperação fraterna no contexto da descolonização ou localização. É importante notar que, embora a igreja possa empregar uma terminologia que difere ligeiramente da habitualmente utilizada no sector humanitário e no desenvolvimento internacional, a essência da sua missão está alinhada com os princípios de capacitação das comunidades locais e de promoção de esforços de colaboração. Ao analisar o papel dos bispos, é importante lembrar que eles são pastores e não gestores da Caritas. Para descolonizar e localizar totalmente a ajuda e o desenvolvimento a longo prazo, os bispos católicos podem desempenhar um papel fundamental, adoptando as seguintes medidas estratégicas.

Dar o tom ou assumir a liderança

Espera-se que os bispos criem uma secção diocesana da Caritas e supervisionem o seu funcionamento e crescimento. Devem proporcionar uma liderança clara e definir o tom e a direcção da agenda de descolonização e localização, definindo políticas que orientem as organizações parceiras e defendam abordagens locais. Tal como foi referido pelos participantes nos debates em grupo:

O papel dos bispos é criar um ambiente propício à cooperação entre os parceiros e as partes interessadas, porque têm o poder de convidar o parceiro para o país e dizer-lhe que é assim que queremos que opere e, assim que o fizerem, os parceiros provavelmente obedecerão.

Outro participante referiu que:

Os bispos devem atuar como agenda de localização... como parte do processo sinodal, então é provável que tenhamos alguns passos substanciais no sentido da localização.

Os bispos devem encorajar a autonomia de entidades como a Caritas, libertando algum controlo, permitindo-lhes funcionar de forma mais independente.

Fomentar parcerias com as comunidades locais

Os bispos desempenham um papel crucial no envolvimento das comunidades locais nos processos de tomada de decisão e na garantia de que as iniciativas de ajuda se alinham com as suas prioridades. Sensibilizam e fazem a ponte entre a cooperação fraterna local e os



ensinamentos sociais católicos. Os bispos também têm o poder de resolver os desequilíbrios de poder entre os actores internacionais e os intervenientes locais, promovendo parcerias equitativas e desafiando as narrativas dominantes que minam o conhecimento e a liderança locais, tal como previsto no princípio da subsidiariedade.

Apoiar o reforço das capacidades locais

As parcerias sustentáveis implicam o investimento na capacidade de resposta das equipas locais a emergências e no reforço da resiliência. Isto implica fornecer formação, recursos, apoio técnico e financiamento a longo prazo para o desenvolvimento sustentável. Os bispos podem contribuir dedicando recursos para reforçar as entidades e indivíduos locais, permitindo-lhes responder eficazmente às necessidades humanitárias. Isto inclui a implementação de iniciativas de formação, a

disponibilização de recursos e a facilitação de plataformas de partilha de conhecimentos. Como observou um participante:

O envolvimento dos bispos nos esforços de sensibilização assegura uma colaboração eficaz com as entidades nacionais e locais, e o seu papel estende-se à defesa de considerações de reforço de capacidades nas interações com os doadores e as agências governamentais.

Defender mudanças políticas

Os bispos podem desempenhar um papel crucial na defesa e contribuição para mudanças políticas que promovam a localização e a descolonização da ajuda humanitária a nível regional em África, uma causa defendida pela Caritas África. Como líderes espirituais influentes profundamente enraizados nas comunidades locais, os bispos possuem a autoridade moral para amplificar as vozes dos marginalizados e vulneráveis. Podem utilizar as suas plataformas para se envolverem com os decisores políticos, instando-os a dar prioridade a iniciativas lideradas localmente e a garantir que os esforços de ajuda são sensíveis aos contextos culturais e socioeconómicos únicos das regiões que servem.

Os bispos podem promover a colaboração entre instituições religiosas, organizações não governamentais e organismos governamentais, criando uma frente unida para a defesa de políticas. Além disso, o seu papel pastoral permite-lhes testemunhar diretamente o impacto das intervenções de ajuda no terreno, fornecendo-lhes informações valiosas para fundamentar as recomendações políticas. Ao aproveitarem a

sua autoridade moral, facilitando a colaboração e oferecendo perspectivas em primeira mão, os bispos podem contribuir significativamente para o desenvolvimento e implementação de políticas que promovam os objectivos de localização e descolonização da ajuda humanitária em África. De acordo com um participante:

Os bispos são fundamentais no apoio à "política de mudança e desenvolvimento", salientando a necessidade de reformar e profissionalizar as operações dos braços de desenvolvimento da Igreja.

Um participante afirmou que isto é fundamental para o sucesso do discurso da descolonização e da localização. Isto sublinha ainda que os bispos, enquanto líderes da igreja e das suas estruturas a nível diocesano, devem empenhar-se ativamente na compreensão das realidades locais e na defesa de processos que advoguem sistemas relevantes adaptados às suas localidades específicas. Reconhecendo a influência e a autoridade abrangentes investidas nos bispos, é oportuno que eles exerçam o seu poder para impulsionar mudanças significativas na busca da descolonização e da localização. Os Bispos a nível do Simpósio das Conferências Episcopais de África e Madagáscar (SECAM) podem fazer uma defesa eficaz a nível da União Africana e os que estão a nível zonal podem fazer o mesmo a esse nível, através da SADC e da CEDEAO, entre outros.

Colaboração com outras partes interessadas

Os bispos devem colaborar com indivíduos e organizações com o mesmo espírito e influência, sublinhando a ideia de que ninguém actua isoladamente. Como observou um participante:

Os bispos podem desempenhar um papel crucial para assegurar uma coordenação eficaz entre as organizações internacionais da sociedade civil e a sua colaboração com as entidades nacionais.

Os bispos, de acordo com outro participante:

possuem o potencial de se envolverem em esforços de colaboração com um espectro de organizações, tanto locais como internacionais, promovendo o intercâmbio de melhores práticas, recursos e experiências.

Estes esforços de colaboração contribuem para estabelecer uma abordagem mais inclusiva e bem coordenada da ajuda, evitando a redundância e assegurando que as iniciativas se complementam. Esta defesa de uma ação colaborativa alinha-se com os princípios delineados no artigo 12º do Motu Proprio, sublinhando que os bispos diocesanos devem promover ativamente a colaboração entre as organizações caritativas nacionais e internacionais ao seu cuidado. O apelo à colaboração torna-se, assim, não apenas uma necessidade prática, mas uma diretiva enraizada em princípios estabelecidos, sublinhando a interligação e a responsabilidade colectiva no âmbito da paisagem caritativa supervisionada pelos bispos. Além disso, os bispos a nível nacional e internacional podem colaborar com actores baseados na fé que

partilham as mesmas ideias, como a Aliança ACT, o Conselho Ecuménico e o Crescente Vermelho, entre outros.

Incentivar o desenvolvimento sustentável

Os bispos são responsáveis pela promoção de práticas de desenvolvimento sustentável que fomentem a autossuficiência das comunidades locais. Apoiam iniciativas no domínio da educação, dos cuidados de saúde, da agricultura e da capacitação económica. De acordo com os ensinamentos de Bento XVI em 2012, enquanto líderes da Igreja, asseguram a execução fiel da missão da Igreja, incluindo a promoção e supervisão de actividades caritativas, em particular o ramo da Caritas. Isto alinha-se com a visão da igreja de capacitar as comunidades locais para cultivarem a autossuficiência. Um dos inquiridos afirmou:

Os bispos desempenham um papel multifacetado na orientação dos esforços caritativos da igreja para resultados com impacto e sustentáveis. Devem também monitorizar as aspirações da cooperação fraterna para garantir que estão alinhadas com a visão da Igreja.

Ao implementar as mudanças acima referidas, a Caritas pode avançar para uma abordagem mais orientada para o local, adoptando a descolonização e a localização nos seus métodos de trabalho. Isto assegurará que os esforços de ajuda sejam reactivos, sustentáveis e respeitem a capacidade de ação e a dignidade das comunidades que estão a ser servidas.

Ao incorporar estas recomendações no seu quadro operacional, a Caritas pode dar passos significativos no sentido de uma abordagem mais orientada para a comunidade, sustentável e respeitadora dos esforços humanitários. Estes passos não só se alinham com os princípios de descolonização e localização, como também contribuem para a capacitação e dignidade das comunidades.



Refêrencias

Bento XVI, 2012. Sobre o serviço da caridade - Carta Apostólica emitida 'Motu Proprio' do Sumo Pontífice Bento XVI. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana.EUROPEA Caritas, Juntos, Servir por Amor Reforçar a nossa Cooperação Fraterna Caritas Internationalis rumo a 2030, Roma, 21-22 de novembro de 2022.

Documento da Cáritas sobre a localização disponível em CI-Position-paper-on- Localisation-_EN.pdf (caritas.eu)

Centro de Liderança Humanitária: disponível em [Decolonising-Aid59.pdf \(centreforhumanitarianleadership.org\)](#)

Operações Europeias de Proteção Civil e Ajuda Humanitária, 2023. Localização: Factsheet. [Em linha]Disponível em: https://civil-protection-humanitarianaid.ec.europa.eu/what/humanitarianaid/localisation_en#:~:text=In%20the%20humanitarian%20sector%2C%20localisation%20means%20empowering%20local,to%20respond%20to%20crises%20and%20promote%20long-term%20sustainability

Comité Permanente Inter-Agências, 2016. O Grande Pacto: Um Compromisso Partilhado para Melhor Servir as Pessoas Necessitadas.

Peace Direct,. 2021. 'Time to Decolonise Aid' Insights and lessons from a global consultation, Relatório. <https://www.peacedirect.org/time-to-decolonise-aid/>

Secretariado da Cimeira Humanitária Mundial, 2015. Restaurar a Humanidade - Vozes Globais que Apela à Ação: Síntese do Processo de Consulta para a Cimeira Humanitária Mundial - Resumo Executivo , Nova Iorque: Nações Unidas.

Kevin Mandakone, chefe da clínica móvel, durante uma consulta na aldeia de Toko Kotta / República Centro-Africana



